

## EDUCAÇÃO DO CAMPO: CARACTERÍSTICAS, PERSPECTIVAS E CONTRADIÇÕES

### **Cleanto Fernandes de Sousa**

*Graduado em Geografia licenciatura (Educação Básica) pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Campus CAMEAM, Pau dos Ferros  
E-mail: [cleanto-oeste@hotmail.com](mailto:cleanto-oeste@hotmail.com)*

### **Renata Michelle Messias**

*Discente do Programa de pós-graduação do PPGE ensino da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Campus CAMEAM, Pau dos Ferros  
E-mail: [Renata.michelly@hotmail.com](mailto:Renata.michelly@hotmail.com)*

### **Ivanilza de Souza Beserra**

*Discente do Programa de pós-graduação do PPGE ensino da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Campus CAMEAM, Pau dos Ferros  
E-mail: [ivanilza2010@hotmail.com](mailto:ivanilza2010@hotmail.com)*

**Resumo:** Este trabalho objetiva discutir e analisar as diferentes perspectivas e características da educação do campo. Como se encontra essa modalidade de ensino atualmente no Brasil e a sua importância para as sociedades rurais. Para tanto, iniciamos tecendo algumas considerações para diferenciar rural e urbano. Sabe-se que a educação brasileira enfrenta grandes desafios na atualidade, porém, a educação do campo é a mais prejudicada em todo esse contexto de precarização da escola pública no Brasil. Trata-se de uma revisão teórica e bibliográfica, pautada em autores como: Brandão (2013), Veiga (2002), Siqueira (2001), Reis (2017) entre outros. Apesar das leis que regem a educação do campo, muitos governantes e administradores públicos não respeitam esses regulamentos. A realidade que vivenciamos atualmente no Brasil é o fechamento de muitas escolas rurais. Por isso, torna-se necessário esse debate, para entendermos as necessidades dessas populações atendidas, povos esses desvalorizados e massacrados historicamente, que merecem no mínimo uma educação de qualidade, que respeite as culturas locais e hábitos de vida dos trabalhadores e moradores da zona rural. Apesar das dificuldades e obstáculos enfrentador por esta modalidade da educação, não esqueçamos que as conquistas que temos hoje nesse âmbito são graças aos movimentos sociais dos trabalhadores rurais pelos seus direitos e condições de vida mais dignas. Esse debate é oportuno, por se tratar de um tema tão pertinente, que não pode ser esquecido e nem deve ser negligenciado. Quando fecha-se uma escola rural, está-se fechando a oportunidade de vários trabalhadores e seus filhos de sonharem com uma vida menos sofrida e mais cidadã.

**Palavras-chave:** Educação do campo, características e perspectivas.

## 1 INTRODUÇÃO

As reflexões no âmbito de transformações das condições estruturais didático-pedagógicas das escolas do campo são consideradas como temáticas em ascensão nas últimas décadas no território brasileiro. Conforme Saggiomo; Azevedo; Machado (2012) houve uma retomada desta problemática a partir dos anos 2000, em virtude da reorganização das políticas agrárias e principalmente as deliberações das Diretrizes Operacionais para a educação do

campo, em prol de uma educação de qualidade, através dos movimentos sociais do campo.

Tem-se acompanhado o debate e a inserção da educação do campo desde meados de 1977, mediante a participação em projetos no que concerne a educação de jovens e adultos vinculados ao PRONERA. Constatou-se que no período de 2000 a 2005 no Brasil ocorreram pesquisas e projetos relacionados a educação de jovens e adultos nos espaços de assentamentos de reforma agrária e como também, sobre as práticas didático-pedagógicas nas escolas dos assentamentos, tendo como exemplo no estado do Paraná (SOUZA, 2008).

Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo compreender a educação do campo através de suas características, perspectivas e contradições. Como se encontra essa modalidade de ensino atualmente no Brasil e a sua importância para as sociedades rurais.

Trata-se de um artigo teórico de revisão bibliográfica, que pretende tecer considerações a respeito dessa temática tão pertinente, atual e necessária. Em um cenário de precarização do ensino público no Brasil, as escolas rurais e do campo são as mais esquecidas. Faltam investimentos, políticas públicas e um ensino diferenciado voltado para a cultura, costumes e hábitos dessas populações atendidas.

Este trabalho está dividido em IV partes, começando pela introdução que apresenta e problematiza a respeito da educação do campo. Na segunda seção discute-se a diferença entre o rural e urbano para a compreensão da temática em estudo. Na terceira seção a realidade da educação do campo; na última seção propõe-se a compreender a educação rural e, por fim, as conclusões desse trabalho, que mostra especificamente os resultados dessa pesquisa bibliográfica.

## **2 DIÁLOGOS ENTRE O RURAL E O URBANO**

Não é de hoje que o rural, o urbano e suas inter-relações são objetos de inúmeros debates, porém estes se intensificam na atualidade diante das mudanças políticas, econômicas e sociais que se expande no mundo rural nas últimas décadas, imprimindo nestas novas dinâmicas; e, conseqüentemente, gerando novos espaços multifuncionais. Em função disto, autores, como Graziano da Silva, argumentam em favor do surgimento do “novo rural”.

Assim, ao propor-se discutir educação do campo, faz-se necessário, em primeira vista, empreender um breve diálogo entorno destes conceitos chaves para se entender os processos socioespaciais que se desenvolvem no campo e a relação cidade-campo. Tarefa nem um pouco simples, tendo em vista a dificuldade em esboçar uma

forma teórico-metodológica que contemple de forma completa o significado destes conceitos, assim como a complexidade que envolve a relação cidade-campo.

Antes de adentrar nas proposições teóricas sobre estes conceitos, veja-se o que oficialmente é identificado como rural e urbano. No Brasil, toma-se por base para delimitação dos perímetros urbanos o Decreto-Lei nº 311, de 2 de março de 1938, o qual diz que cidade é toda sede de município.

Assim, o urbano seria as sedes das cidades e dos distritos – sendo de responsabilidade dos municípios, por meio de Lei Municipal a demarcações dos seus respectivos perímetros urbanos – e o rural seria as áreas que não compreendessem a estes. É importante salientar que tal abordagem é meramente normativa com fim político-administrativo e, em última análise, estatístico.

Contudo, geradora de distorções, se analisada as urbanidades destas localidades; levando-se em consideração suas funcionalidades, estruturas e características geográficas. E assim, a nosso pensar não contempla os processos socioespaciais e socioeconômicos que se verificam na imbricada relação rural-urbano, cidade-campo.

Sobre estas distorções Veiga (2000, p. 66) argumenta que

A distorção chega a tal ponto que mesmo populações indígenas ou guardas florestais de áreas de preservação são considerados urbanos caso suas ocas ou palhoças estejam no interior do perímetro de alguma sede municipal ou distrital. São inúmeros os casos de população irrisória e ínfima densidade demográfica, mas com altíssimo grau de urbanização.

Dentre estas distorções coloca-se, ainda, o desvio no grau de urbanização do Brasil o qual em 2010, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é de 84,36 % utilizando o critério já referido anteriormente. Porém quando se utiliza como parâmetro a densidade demográfica, empregado pela Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) a qual considera urbano apenas áreas com 150 hab/km<sup>2</sup>, constata-se que não mais que 468 municípios brasileiros dos 5.570 são considerados urbanos.

Destarte, com o critério da OCDE o Brasil teria uma taxa de urbanização de aproximadamente 8,4%. Nota-se aqui como o resultado destoa significativamente daquele do IBGE.

Deste modo, percebe-se que ver o rural e o urbano apenas na ótica da normatização governamental não contempla todas as complexidades que envolve o debate acerca do urbano e do rural, e isto poderá prejudicar no trato de ações que busquem o desenvolvimento das áreas rurais brasileiras.

Entretanto, não discorda-se, por completo, da sua importância para organização administrativa e estatística. Mas outros caminhos devem ser buscados com fim de superar as limitações existentes neste modelo teórico-metodológico de análise.

Partindo para uma abordagem teórica e acadêmica sobre o rural e o urbano, depara-se com o pensamento de alguns autores que se dividem, basicamente, em duas correntes: a que vê o rural e o urbano numa lógica *dicotômica* e os outros que os concebem numa lógica de *continuum*. Veja-se as diferenças entre elas.

Para aqueles que usam da ótica dicotômica, a diferenciação entre o rural e o urbano seria dada, essencialmente, pela atividade desenvolvida neles. Nesta lógica, no rural estaria presente a agropecuária, e no urbano estaria a atividade industrial, sendo este sinônimo de inovação, tecnologia, expressão máxima do capitalismo; enquanto aquele associa-se ao velho, arcaico, a insuficiência de processos técnicos avançados. Desta forma, seriam dois espaços, notadamente, antagônicos.

Nesta perspectiva Reis (2006, p. 3 *apud* MAX WEBER, 1950) expõe que

pouco antes da disseminação do capitalismo urbano-industrial pelo mundo, originou-se um conflito entre duas realidades distintas: o urbano, símbolo de incorporação do capitalismo e do progresso da técnica, e o rural, refúgio da aristocracia decadente e de antigas relações e formas de vida.

Ressalta-se que esta visão de Weber é construída com base nas suas observações das cidades da antiguidade e da idade média, na emergência de novos movimentos e agentes econômicos, com conseqüente formação de novas formas organizacionais econômicas no cerne da expansão capitalista moderna. Todavia, esta visão do rural e do urbano permaneceu, e ainda permanece, nas abordagens sobre estes conceitos.

Ainda nesta linha de raciocínio dicotômica, Marques (2000, p. 110) elenca as seguintes características precípua usadas para distinguir o rural do urbano:

- i. diferenças ocupacionais ou principais atividades em que se concentra a população economicamente ativa;
- ii. diferenças ambientais, estando a área rural mais dependente da natureza;
- iii. diferenças no tamanho das populações;
- iv. diferenças na densidade populacional;
- v. diferenças na homogeneidade e na heterogeneidade das populações;
- vi. diferenças na diferenciação, estratificação; e complexidade social;
- vii. diferenças na mobilidade social e
- viii. diferenças na direção da migração.

Contraria a esta dicotomia, tem-se a abordagem do continuum. Esta já tendo por base as modificações socioeconômicas ocorridas nas últimas décadas, de espraiamento das urbanidades sobre o campo, reproduzindo neste atividades antes consideradas tipicamente não-agríarias. Nesta abordagem, está presente a ciência da integração rural-urbano advindo do desenvolvimento da indústria.

Para Reis (2006) a industrialização, nos mais diversos países, fez com que houvesse uma expansão urbana intensa, levando a incorporação de áreas periféricas antes distantes do urbano. Este processo marca a transição entre os espaços rural e urbano; sugere-se, assim, o entendimento teórico destes espaços a partir da concepção do espaço continuum.

Adota-se uma diferenciação destes espaços por meio da interpretação dos diversos níveis de intensidades das características agrárias e não-agríarias presentes no rural e no urbano, o foco não está mais nas singularidades contrastantes (MARQUES, 2000).

Destarte, na ótica do continuum o rural e o urbano fazem parte de uma escala de dois polos, na qual estaria em um polo o urbano e no outro o rural; e na medida em que a interação de suas características agrárias e não agrária se intensifiquem, existiria um ponto central comum onde esta relação estaria tão intensa que seria impossível diferenciar o que seria rural e urbano (SIQUEIRA e OSÓRIO, 2001).

Com base no supracitado pensamento, alguns autores chegam a asseverar o fim do rural devido ao avanço do urbano sobre aquele. Contudo, para que isto ocorresse seria necessário uma homogeneização de dimensões gigantescas, o que não se tem possibilidade ocorrer; devido, sobretudo, a difusão desigual tecnológica, nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, e as características peculiares de cada país. Vide o caso do Brasil, país de dimensões continentais e diferenças de desenvolvimentos regionais gritantes.

Diante disto, Reis (2006, p. 6) nos ensina que,

É preciso salientar a existência de várias regiões do mundo em que a idéia de continuum não traduz, de forma satisfatória, a realidade. Em vastas áreas dos países em desenvolvimento e nos países mais atrasados, a industrialização da agricultura e as demais mudanças que levam ao transbordamento do urbano para o rural ainda não se efetivaram. A conceituação dicotômica ainda pode se valer eficiente para essas regiões, uma vez que esse tipo de abordagem indica a existência de áreas rurais distantes das cidades. Dessa forma, vale destacar que seria impossível chegar a uma definição universal do que seja rural e urbano, já que as diferentes realidades sócio-espaciais encontradas no globo clamam por adequações apropriadas e específicas.

Em resumo, o rural e o urbano tem passado por transformações indiscutíveis, processo este que fazem surgir “novas ruralidades”, sem, contudo, apagar as características tradicionais que os imbuem. Ademais, tanto as “novas ruralidades” quanto as antigas devem ser levadas em consideração, ao pensar na formulação de uma educação do campo condizente com os anseios do novo rural que se mostra.

### **3 A REALIDADE DA EDUCAÇÃO DO CAMPO**

A educação do campo nas últimas décadas tornou-se como um processo avançado nos principais espaços de pesquisa científica sobre escola pública, uma vez que no esforço de construção de um procedimento metodológico que dê conta dos aspectos concernentes à esfera rural, dando ênfase as características próprias de cada realidade, já que se faz necessário um maior esforço de integração através da escola e entre a comunidade (SAGGIOMO; AZEVEDO; MACHADO, 2012). Conforme Frigotto (2011) a educação do campo parte-se da particularidade e singularidade através da realidade sociocultural de homens e mulheres que vivem no campo, uma vez que não se pode negar o contexto histórico cultural dos indivíduos em si.

A educação do campo nas palavras de Souza (2008) nos últimos anos tem conquistado espaço na agenda política, nas instâncias municipal, estadual e federal, uma vez que essa educação expressa uma nova concepção a respeito da vida do trabalhador rural, ou seja, fortalecendo o caráter de classe nas lutas em prol da educação. Diferente da concepção do rural considerado como arcaico e atrasado, pode-se constatar que a educação do campo é um processo que valoriza os conhecimentos do camponês e enfatiza a vida do campo “como lugar de trabalho, moradia, lazer, sociabilidade, identidade, enfim, como lugar da construção de novas possibilidades de reprodução social e de desenvolvimento sustentável” (SOUZA, 2008, p. 1090).

Um exemplo bem comum na realidade brasileira a respeito da educação do campo vem ser os movimentos sociais, expressivamente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), já que demandam do Estado iniciativas que possam contribuir na oferta de educação pública e como também na formação de profissionais para trabalharem nos espaços escolares do campo. Segundo Souza (2008, p. 1090). “Nos dias atuais, Secretarias Municipais e Estaduais de Educação têm organizado eventos de formação continuada de professores e seminários objetivando a discussão/ construção de políticas

públicas da educação do campo”. Contudo, contribuindo necessariamente para uma educação do campo que valorize os valores culturais do trabalhador.

Nos últimos anos, a educação do campo tem sido historicamente marginalizada na construção de políticas públicas, uma vez que suas demandas e especificidades têm sido raramente objeto de pesquisa científica no espaço acadêmico e como também, na formulação de currículos nos diferentes níveis de ensino escolar. No contexto hodierno, a educação do campo é trabalhada a partir de um currículo voltado para a realidade do espaço urbano, não atendendo as necessidades sociocultural do campo. Segundo Souza; Reis (2009, p. 11) “Mesmo as escolas localizadas nas cidades têm um currículo e trabalho pedagógico, na maioria das vezes, alienante, que difunde uma cultura burguesa e enciclopédica”. Diante disso, torna-se urgente discutir a educação do campo e especialmente a educação pública no território brasileiro, já que é considerada como uma das prioridades para o futuro do país e também para a vida dos trabalhadores do campo.

No território brasileiro, o contexto histórico da educação do campo perpassou e ainda permanece com momentos difíceis, uma vez que no ano de 2008 no estado do Rio Grande do Sul deparou-se com decisões arbitrárias. A realidade dessa consequência foi que o Ministério Público gaúcho junto com a Secretaria Estadual de Educação assinaram um termo de conduta, que em dezembro de 2008 determinou o fechamento das escolas pertencentes ao MST (BREITENBACH, 2011). Desta forma, o que se percebe é a necessidade de um planejamento em políticas públicas educacionais que priorize a educação do campo, através do currículo pedagógico escolar e no próprio espaço acadêmico.

Para se compreender a história da educação do campo, o processo é dividido em três períodos, que segundo Dosso; Brandão salientam que,

O primeiro período é marcado pela negação dos sujeitos do campo como sujeitos sociais e cidadãos brasileiros nas políticas públicas educacionais, que se estendeu desde a colonização até a década de 1930.

O segundo período marcado pela preocupação com a Educação Rural por parte do Estado, em função da migração campo/cidade e por iniciativas de educação popular e de embates dos movimentos sociais camponeses junto ao Estado.

O terceiro período marcado pelo rompimento com a Educação Rural e o surgimento da Educação do Campo, onde o Estado reconhece a identidade e a cultura dos povos do campo. É a valorização dos sujeitos sociais do campo e sua prática, no entanto, com resistências regionais e em estados da federação (DOSSO; BRANDÃO, 2013, p. 05).

Compreende-se que essa divisão da educação do campo, conforme o próprio autor, é caracterizada como um momento que possibilita uma maior compreensão a respeito da realidade na vida do trabalhador do campo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) tornou-se como um documento de suma importância para orientar a organização do trabalho pedagógico escolar no âmbito da educação do campo, porém ainda sente a necessidade de uma organização permanente que possibilite uma melhor organização, através de políticas públicas que valorizem a vida do campo. Foi neste espaço de ausência de políticas públicas educacionais voltadas para os interesses dos trabalhadores do campo, que surgiram vários movimentos sociais como Movimento dos Atingidos por Barragens, Movimento dos Trabalhadores da Cana e dentre outros (DOSSO; BRANDÃO, 2013).

Conforme Dosso; Brandão (2013) é neste contexto que as comunidades indígenas, quilombolas, trabalhadores rurais temporários, ribeirinhos, seringueiros e dentre outros, acabam se mobilizando em busca de seus valores coletivos. As mobilizações sociais ocorrem pelo simples fato de não existir políticas públicas educacionais que atendam aos interesses dos trabalhadores do campo e, quando existe, vêm de maneira verticalizada.

Compreende-se que a educação do campo segundo os autores citados acima, respeita os acampados, assentados, ribeirinhos e demais, uma vez que a escola do campo é caracterizada como um espaço que visa praticar uma metodologia que esteja condizente com a realidade dos pequenos produtores, assalariados rurais temporários e outros demais. Busca-se assim, valorizar o trabalhador do campo com base em sua realidade cultural.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Buscamos a construção de um trabalho dando ênfase a educação do campo, que buscasse contribuir para os estudos e pesquisas relacionadas a ensino das populações que habitam as zonas rurais do nosso país. Demonstra-se que a educação do campo nos estudos de Brandão (2013) é compreendido como de suma importância, já que prioriza os valores culturais locais do trabalhador do campo. Isso nos faz refletir até que ponto existe o compromisso com a educação do campo por parte das políticas públicas nacionais.

Faz-se necessário, uma educação para essa parcela da população brasileira, voltada para a construção e valorização, de um ensino digno, voltados para as necessidades e realidade do homem do campo.



Quando fecha-se uma escola rural, está-se fechando a oportunidade de vários trabalhadores e seus filhos de sonharem com uma vida menos sofrida, mais digna, para essas pessoas que padecem historicamente por falta de oportunidades.

Diante disso, cabe a continuidade de estudos e pesquisas relacionadas a temática da educação do campo, por ser considerada uma discussão relevante para o próprio desenvolvimento dos trabalhadores, dos cidadãos brasileiros.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-lei Nº 311, DE 2 DE MARÇO DE 1938. **Divisão territorial do país.** Coleção de Leis do Brasil - 1938, Página 438 Vol. 1 (Publicação Original). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 28. Ago 2017.

BREITENBACH, F. V. **A Educação do Campo no Brasil: uma história que se escreve entre avanços e retrocessos.** Revista Espaço Acadêmico, N.121, Junho 2011, p. 116-123. Disponível em: <[www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/index](http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/index)>. Acesso em 05 de Outubro. 2017, 16:22.

DOSSO, M. R; BRANDÃO, E. C. **Educação do Campo: Avanços, limites e desafios para sua efetivação.** Paraná, Governo do Estado Secretaria da Educação. Versão online, Cadernos PDE, Vol. 1, 2013, 17p.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Projeto societário contra-hegemônico e educação do campo; desafios de conteúdo, método e forma.** In: Munarin Antônio, Beltrame Sônia, Conte Soraya Franzoni e Peixer Isabel (orgs). *Educação do campo: reflexões e perspectivas.* Florianópolis: Insular, 2 ed., 2011.

IBGE. Censo 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=10&uf=00> Acesso em: 28. Ago 2017.

MARQUES, M. I. M. De sem-terra a ‘posseiro’, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da Reforma Agrária: o caso dos assentados nas Fazendas Retiro e Velho – GO. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2000. 237p. (Tese, doutorado em Ciências: Geografia Humana).

OECD, 2013c. Rural-Urban Partnerships: An Integrated Approach to Economic Development, OECD Rural Policy Reviews. OECD Publishing. doi: / en Organisation for Economic Co-operation and Development, Creating rural indicators for shaping territorial policy. OECD, Paris. United Nations, World urbanization prospects: the 2009 revision. United Nations. Department of Economic and Social Affairs, New York.

REIS, Douglas Sathler. O urbano e o rural no Brasil. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006. Disponível em:

<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1492> Data de Acesso: 28. Ago. 2017.

SIQUEIRA, D.; OSÓRIO R. **O conceito de Rural**. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília: Brasília, 2001.

SAGGIOMO, T. G; AZEVEDO, M. S; MACHADO, V. S. **Desafios na realidade educativa do campo: uma abordagem de encontros e desencontros nas escolas nas escolas campo**. IX ANPED SUL Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012.

SOUZA, M. A. **Educação do Campo: Políticas, Práticas Pedagógicas e Produção Científica**. Revista Edu. Soc, Campinas, Vol. 29, n. 105, Set. / dez, 2008, p. 1089-1111. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 05 de Outubro. 2017, 16:00.

SOUZA, N. P; REIS, R. M. **Educação do Campo Prática Pedagógica**. Monografia, Curso de Educação Ensino de Geografia e História do Esap. UMURAMA, 2009, 57p.

VEIGA, José Eli. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.